

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PMI N.º 001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 252/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS DA FUTURA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE USINA TERMOQUÍMICA DE GERAÇÃO ELÉTRICA A PARTIR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) POR PROCESSO DE GASEIFICAÇÃO EM LEITO FLUIDIZADO.

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO	3
2. DO OBJETO.....	4
3. DAS DEFINIÇÕES.....	6
4. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO DO CHAMAMENTO	7
5. DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS.....	12
6. DA ELABORAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS.....	14
7. DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS	17
8. DO RESSARCIMENTO AO TITULAR DO ESTUDO TÉCNICO SELECIONADO	21
9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES	23
10. DA CONFIDENCIALIDADE.....	23
11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	24
12. DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	25
13. DIREITOS AUTORAIS.....	26
14. DISPOSIÇÕES FINAIS	26
15. ANEXOS.....	28

PROCESSO nº 252/2023**PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI Nº 001/2023****1 - PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE EXTREMA/MG faz saber que se encontra instaurado Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), nos termos do Decreto Municipal nº 3.836/2020, com o objetivo de chamar pessoas físicas ou jurídicas interessadas em apresentar estudos voltados à atualização dos estudos da futura concessão administrativa para instalação e operação de usina termoquímica de geração elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos (RSU) por processo de gaseificação em leito fluidizado.

1.1 - BASE LEGAL

O disposto na Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 que confere aos potenciais interessados em contratos de concessão comum a possibilidade de apresentação de projetos e estudos de utilidade para futura licitação.

O disposto no Decreto Municipal nº 3.836 de 22 de julho de 2020 que dispõe sobre a instituição do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI destinado a orientar a participação de particulares na estruturação de projetos de Parcerias Público-Privadas, nas modalidades patrocinada ou administrativa, de concessão comum e de permissão no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

O disposto na Lei nº 14.133/2021 acerca da qualificação do Procedimento de Manifestação de Interesse como procedimento auxiliar da licitação destinado à propositura de realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadores que contribuam com questões de relevância pública.

2 - DO OBJETO

2.1 - O presente PMI tem por objeto a reestruturação dos estudos técnicos, econômicos e jurídicos do edital destinado à futura concessão administrativa para instalação e operação de usina termoquímica de geração elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos (RSU) por processo de gaseificação em leito fluidizado do Município de Extrema.

O Aterro Sanitário Municipal, localizado na Rodovia Fernão Dias, Km 935 – Zona Urbana, Bairro dos Pessegueiros, no Município de Extrema, Estado de Minas Gerais, com inauguração em dezembro de 2000, foi projetado com previsão de vida útil de vinte anos. No entanto, verifica-se que a vida útil do empreendimento extrapolou o prazo inicialmente previsto no projeto de implantação, tendo em vista a realização de coleta seletiva de materiais recicláveis no município desde 2001, que possibilitou a redução do volume de resíduos encaminhados para disposição no aterro, bem como a adoção de ações de otimização do uso da área de aterro de rejeitos.

Não obstante, fato é que o espaço para aterro de rejeitos encontra-se próximo do fim. Diante do cenário atual, foi encontrada uma alternativa inovadora que consolida um novo processo de gestão e de prestação dos serviços de tratamento e destinação de RSU, vislumbrando o aproveitamento energético dos resíduos, por meio da implantação de uma Usina Termoquímica de Geração de Energia - UTGE, com maiores ganhos ambientais, como a redução da necessidade de área de disposição final de resíduos (em relação a um aterro sanitário); eliminação de riscos de contaminação ambiental de solo, água e ar; aproveitamento energético de resíduos, com geração de um ativo econômico; e redução de emissões de gases de efeito estufa.

Neste contexto, o Município publicou edital de concessão constante no **ANEXO V** para viabilizar a delegação, por meio de concessão administrativo, dos serviços, tendo utilizado como base referencial para a proposta os valores estabelecidos em 2021. Considerando a necessidade de revisão dos estudos técnicos, jurídicos e da base referencial de preços para viabilizar o processo licitatório, publica-se o presente PMI,

com vistas a promover a atualização da modelagem técnica, jurídica e econômico-financeira do edital.

2.2 - A realização dos ESTUDOS visa a reestruturação dos seguintes pontos do Edital destinado à futura concessão administrativa para instalação e operação de usina termoquímica de geração elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos (RSU) por processo de gaseificação em leito fluidizado:

2.2.1 - Reestruturação da Modelagem Técnica e Operacional, contemplando os seguintes anexos do Edital de Concessão nº 205/2022:

2.2.1.1 - Anexo III- Caderno de Diretrizes Ambientais;

2.2.1.2 - Anexo IV – Caderno Técnico e Operacional;

2.2.1.3 - Anexo VI - Estudo de Viabilidade para Implantação de Usina Termoquímica de Geração de Energia no Município de Extrema do Termo de Referência

2.2.2 - Reestruturação da Modelagem Jurídica e Institucional, contemplando os seguintes anexos do Edital de Concessão nº 205/2022:

2.2.2.1 – Minuta do Edital

2.2.2.2 - Anexo VII – Matriz de Risco do Termo de Referência;

2.2.2.3 - Minuta dos Contratos e seus anexos;

2.2.3 - Reestruturação da Modelagem Econômico-Financeira, contemplando os seguintes anexos do Edital de Concessão nº 205/2022:

2.2.3.1 Anexo V - Diretrizes para elaboração do plano de negócios da concessão;

2.2.3.2 Anexo VI – Estudo de Viabilidade para Implantação de Usina Termoquímica de Geração de Energia;

2.3 - Os ESTUDOS poderão:

2.3.1 Compreender a reestruturação de todos os cadernos estabelecidos no item 2.2, dos cadernos ou um dos cadernos.

2.3.2- Caberá ao INTERESSADO apresentar um requerimento de autorização para cada ESTUDO de interesse (2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3), podendo ser concedida uma ou

mais autorizações por parte do MUNICÍPIO DE EXTREMA.

2.4 - O Edital da Concessão objeto do presente PMI, encontra-se no ANEXO V do presente Edital e à disposição no sítio eletrônico do Município de Extrema, em <https://www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes/processo-licitatorio-no-000391-2022-concorrenca-publica-no-000021-2022/>, ou ainda na página relacionada às concessões municipais, disponível em <https://www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/concessoes-publica/>.

3 - DAS DEFINIÇÕES

3.1 - Para os fins do presente instrumento, incluindo os seus ANEXOS, os termos indicados abaixo, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão os significados a seguir transcritos:

I - ANEXOS – cada um dos documentos anexos que integram o presente EDITAL;

II - AUTORIZADO – pessoa física ou jurídica de direito público ou privado ou grupo de pessoas autorizadas a apresentar os ESTUDOS TÉCNICOS no âmbito do presente Chamamento, conforme requisitos do presente EDITAL;

III - EDITAL: instrumento convocatório do PMI Nº 001/2023, incluindo todos os seus anexos, por meio do qual são convocados os interessados para a apresentação dos ESTUDOS TÉCNICOS;

IV - LOCALIDADE – local do MUNICÍPIO DE EXTREMA, Minas Gerais, no qual serão desenvolvidas as ATIVIDADES relacionadas no objeto do edital;

V - ESTUDOS TÉCNICOS – projetos, levantamentos, investigações, pesquisas, soluções tecnológicas e estudos de modelagem, opiniões fundamentadas, a serem apresentados pelos AUTORIZADOS, na forma do presente EDITAL, com vistas a contribuir com o MUNICÍPIO DE EXTREMA para a reestruturação de modelo de CONCESSÃO conforme requisitos definidos neste Edital;

VI - COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO PMI: Comissão formada por membros do Município para conduzir o PMI, conforme art. 15 do Decreto nº 3.836/2020;

VII - SITE: sítio eletrônico disponibilizado pelo SOLICITANTE para a apresentação de informações e documentos relacionados ao PMI nos termos deste EDITAL;

VIII - INTERESSADO – pessoas física ou jurídica, nacional ou estrangeira, de direito público ou privado, individualmente ou em grupo, interessadas em participar deste Chamamento e que apresente requerimento de Autorização para elaborar os ESTUDOS TÉCNICOS, conforme disposições do EDITAL;

XI - CONCESSÃO – concessão à qual se aplica a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

XII - MODELAGEM FINAL: estudos e documentos consolidados para o PROJETO de reestruturação do Edital de Concessão nº 205/2022, objeto do PMI, resultado do aproveitamento total ou parcial dos ESTUDOS TÉCNICOS selecionado, bem como de outros estudos ou documentos elaborados pelo SOLICITANTE ou por terceiros;

XIII - PMI: Procedimento de Manifestação de Interesse, conforme definição do Decreto Municipal 3.836/2020, art. 2º, iniciado com a publicação do presente EDITAL, contemplando as fases de autorização, apresentação, avaliação e eventual seleção de ESTUDOS TÉCNICOS;

XIV - PROJETO: Projeto destinado à reestruturação do Edital de Concessão nº 205/2022 para instalação e operação de usina termoquímica de geração elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos (RSU) por processo de gaseificação em leito fluidizado a ser modelado a partir das contribuições oferecidas pelos ESTUDOS TÉCNICOS selecionados por meio do presente PMI, dentre outras fontes;

XVII - TERMO DE AUTORIZAÇÃO – documento que autoriza pessoa física ou jurídica de direito privado a realizar os ESTUDOS objeto deste Chamamento.

4 - DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO DO CHAMAMENTO

4.1 - Poderão participar do presente Chamamento pessoas físicas ou jurídicas, nacional ou estrangeira, de direito público ou privado, individualmente ou em grupo, que cumpram com os requisitos previstos no EDITAL e na legislação vigente.

4.2 - Os INTERESSADOS deverão protocolizar requerimento de autorização no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação deste Edital, ou seja, **até 27 de julho de 2023 até às 16h**, na Gerência de Compras e Licitações da Prefeitura de Extrema, localizada na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624, Bairro Ponte Nova, ou através do e-mail decol@extrema.mg.gov.br, acompanhado dos seguintes documentos:

- Pessoa Física:

- I - Nome completo;
- II - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- III - Cargo, profissão ou ramo de atividade;
- IV - Endereço físico e eletrônico e telefones.

- Pessoa Jurídica:

- I - Nome e qualificação completos
- II - Número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou equivalente em caso de estrangeiros;
- III - Cargo, profissão ou ramo de atividade;
- IV - Endereço comercial e/ou residencial;
- V - Endereço eletrônico;
- VI - Dados do representante, em caso de pessoa jurídica.

4.3 - Deverão ser obrigatoriamente apresentados junto ao Requerimento de Autorização:

- I - Cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) No caso de pessoa física, carteira de identidade;

c) No caso de empresa individual, registro comercial:

d) Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou o respectivo instrumento de consolidação estatutária ou contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver, devidamente registrados no órgão de registro do comércio do local de sua sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

e) No caso de sociedades civis, apresentação da inscrição do ato constitutivo do interessado e respectivas alterações, devidamente inscritos no cartório de registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de documento que demonstre a diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

g) No caso de sociedade estrangeira, documentação equivalente à descrita nas alíneas anteriores, conforme disponível em seu país de origem, que deverá ser consularizada pelo consulado brasileiro no país de origem e traduzida por tradutor juramentado.

h) Registro em Conselho de Classe, quando existente (CORECON, OAB, CRA, CRC, CAU, CREA, dentre outros), dos profissionais envolvidos na elaboração dos ESTUDOS;

III - Indicação do representante do INTERESSADO, acompanhada dos documentos de identificação e instrumento que comprove os respectivos poderes.

IV - Termo de Cessão de Propriedade e Direitos Autorais, conforme ANEXO III deste edital.

V - Declaração de Aceitação de Termos e de Veracidade de Informações, conforme modelo constante do ANEXO IV deste edital.

4.4 - O Requerimento de Autorização deverá estar acompanhado de Manifestação de

Interesse, na forma do disposto no art.10 do Decreto Municipal nº 3.836/2020, no qual deverá conter obrigatoriamente:

I - Demonstração de experiência na realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos similares ao objeto deste Edital. A experiência poderá ser demonstrada pela juntada de documentos que comprovem as qualificações técnicas de profissionais vinculados ou contratados pelo interessado;

II - Descrição das etapas dos estudos técnicos que se pretende realizar e respectivos prazos de execução;

III - Delimitação do escopo dos estudos a serem apresentados, devendo considerar, pelo menos, a apresentação de:

- a) Análise jurídico-institucional;
- b) Análise econômico-financeira;
- c) Análise técnico-operacional e ambiental;

IV - As linhas básicas do projeto, com a descrição do objeto, sua relevância e os benefícios econômicos e sociais dele advindos;

V - Indicação de valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para sua definição, observado o limite previsto no art. 9º, inciso V e parágrafo 6º do Decreto Municipal nº 3.836 de 22 de julho de 2020;

V - Declaração de que conhece e concorda com todos os dados do Edital e de que se compromete a transferir à Administração Pública todos os direitos relativos aos Estudos apresentados, nos termos do ANEXO IV deste edital.

4.5 - As manifestações de interesse que não atenderem o disposto neste item serão consideradas desclassificadas do processo.

4.6 - As notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos relacionados ao PMI serão requisitadas ou enviadas ao representante indicado pela participante,

4.7 - A participação em grupo no presente PMI dispensa a necessidade de vínculo formal entre os participantes, bastando que:

I - Conste do Requerimento de Autorização a identificação completa de todos os participantes, bem como do seu representante no grupo;

II - Sejam apresentados os documentos e declarações listados no item 4.3 por cada um dos participantes do grupo.

4.8 - A contratação de pessoas físicas ou jurídicas, pelo INTERESSADO, para apoio na elaboração dos ESTUDOS TÉCNICOS será permitida, devendo constar do Requerimento de Autorização a identificação de cada pessoa física ou jurídica a ser alocada, acompanhada da referência expressa de sua participação como contratado.

4.8.1 - Juntamente ao Requerimento de Autorização deverão ser também apresentados os documentos e as informações de que tratam o item 4.3, referentes a cada pessoa física ou jurídica a ser contratada.

4.9 - Cada pessoa física ou jurídica poderá participar da elaboração de apenas um ESTUDO TÉCNICO, sendo vedada sua indicação em mais de um Requerimento de Autorização, seja de forma individual, como parte de grupo ou como contratada do INTERESSADO.

4.10 - Os INTERESSADOS poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e condições para autorização, na forma do item 9 do EDITAL, até 10 (dez) dias antes do prazo final para apresentação do Requerimento de Autorização.

4.11 - O Requerimento de Autorização, acompanhado dos documentos pertinentes, deverá ser apresentado por meio de envelope lacrado endereçado à Gerência de Compras e Licitações da Prefeitura de Extrema/MG localizada na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624, Bairro Ponte Nova, ou através do e-mail decol@extrema.mg.gov.br;

4.12 - Todos os documentos deverão estar no prazo de validade, quando da apresentação, sendo considerada a validade de 180 dias da data de emissão, para aqueles que não possuírem prazo de validade expressa.

4.13 – O MUNICÍPIO DE EXTREMA poderá, a qualquer momento, solicitar informações complementares ou realizar diligências, para confirmar o conteúdo das informações contidas em qualquer dos documentos apresentados pelos INTERESSADOS, solicitar o saneamento de erros e/ou omissões.

5 - DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS

A concessão de AUTORIZAÇÃO ficará condicionada ao atendimento, pelos INTERESSADOS, dos requisitos previstos neste EDITAL, em especial o constante do item 4;

- 5.1 - Caso obedeçam aos parâmetros estabelecidos neste Edital, será emitido pela COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO PMI, o “Termo de Autorização”;
- 5.2 - O SOLICITANTE publicará a lista de AUTORIZADOS no órgão de imprensa oficial do Município em até 10 (dez) dias, contados do prazo final de recebimento dos Requerimentos de Autorização.
- 5.3 - Poderão ser deferidos vários estudos, devendo a Administração livremente, e com base no interesse público, analisar os respectivos conteúdos a fim de subsidiar a decisão administrativa relativa ao procedimento de contratação;
- 5.4 - Os interessados que tenham a sua petição de manifestação de interesse deferida serão autorizados a elaborar estudos descritos no Termo de Referência, com acesso a todas as informações necessárias que estejam em poder da Administração Direta e da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 5.5 - A participação da pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, individualmente ou em grupo no PMI, bem como o fornecimento de estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos e pareceres, não impedirão sua participação em futura licitação promovida pelo órgão ou pela entidade processante;
- 5.7 - A autorização para elaboração dos ESTUDOS TÉCNICOS:
 - I - Será pessoal e intransferível;
 - II - Será sempre pública e acessível a todos os interessados, sendo vedado o anonimato quanto aos AUTORIZADOS, resguardado o sigilo quanto às informações cadastrais daqueles que assim solicitarem;
 - III - Será concedida por prazo determinado, podendo este ser postergado por

decisão expressa do MUNICÍPIO DE EXTREMA, garantida a isonomia entre os interessados;

IV - Implica a cessão integral e incondicional dos direitos autorais sobre os ESTUDOS TÉCNICOS apresentados;

V - Não impedirá o Município de colher a contribuição de demais interessados sobre a modelagem do empreendimento, inclusive mediante novo chamamento público;

VI - Não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da administração pública perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

5.8 - É assegurado a qualquer interessado o direito de solicitar ao órgão ou à entidade processante, informações por escrito a respeito do PMI em até 10 (dez) dias antes do término do prazo estabelecido para apresentação das manifestações;

5.9 - Os pedidos de informação sobre o PMI serão respondidos pelo órgão ou pela entidade processante, por escrito, em até 5 (cinco) dias da data do recebimento;

5.10 - Não serão analisados pedidos de informação formalizados posteriormente ao término do prazo estabelecido para solicitação de informações;

5.11 - As autorizações poderão ser, na forma do art.12 do Decreto Municipal nº 3.836/2020:

I - Cassada, em caso de descumprimento de seus termos, inclusive na hipótese de descumprimento do prazo para reapresentação determinado pelo órgão ou pela entidade solicitante e de não observação de legislação aplicável;

II - Revogadas pelo MUNICÍPIO DE EXTREMA por:

a) Perda de interesse do Poder Público nos empreendimentos de que trata o objeto;

b) Desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada, a ser apresentada, a qualquer tempo, por meio de comunicação ao órgão ou à entidade solicitante por escrito;

III – Anulada, em caso de vício no procedimento regulado pelo Decreto Municipal nº 3.836 de 22 de julho de 2020, ou por outros motivos previstos na legislação;

ou

IV – Tornada sem efeito, em caso de superveniência do disposto legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

5.12 - Os casos previstos no item 5.11 não geram direito de ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração dos estudos.

5.13 - Qualquer alteração na qualificação do AUTORIZADO deverá ser imediatamente comunicada ao SOLICITANTE e endereçada para o e-mail decol@extrema.mg.gov.br.

6 - DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS

6.1 - Por meio do Chamamento, o MUNICÍPIO DE EXTREMA pretende receber ESTUDOS que apresentem atualização do projeto de CONCESSÃO para instalação e operação de usina termoquímica de geração elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos (RSU) por processo de gaseificação em leito fluidizado no MUNICÍPIO DE EXTREMA/MG.

6.2. Na recepção e avaliação dos ESTUDOS TÉCNICOS, o MUNICÍPIO DE EXTREMA observará as seguintes diretrizes na seleção dos projetos:

- I – consistência e coerência das informações que subsidiaram sua realização;
- II – a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor e observância aos critérios ambientais;
- III - demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes;
- IV - a exploração da(s) ATIVIDADE(S) que melhor se harmonize compatibilize com as políticas de desenvolvimento econômico, cultural e turístico sustentáveis do MUNICÍPIO DE EXTREMA/ MG;
- V- a oferta contínua de atividades de acesso ao público em geral, ainda que em

caráter acessório.

6.3. Os ESTUDOS TÉCNICOS deverão ser apresentados em até 30 (trinta) dias, contados da publicação do(s) Termo(s) de Autorização no órgão de imprensa oficial do Município.

6.3.1 - O prazo de que trata este item poderá ser prorrogado a critério da COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PMI, mediante fundamentação.

6.3.2 - Os estudos entregues fora do prazo estabelecido supra serão registrados no processo e imediatamente devolvidos aos interessados;

6.4 - Os estudos e elementos do projeto básico deverão ser entregues na Gerência de Compras e Licitações, com sede à Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624, Ponte Nova e endereçados à COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO PMI, ou ainda através do endereço eletrônico decol@extrema.mg.gov.br;

6.4.1 - Nas etiquetas dos envelopes deverá estar escrito: “Chamamento Público nº 003/2023”, síntese do objeto, bem como a qualificação da pessoa física ou jurídica autorizada.

6.4.2 - A versão digital deve permitir amplamente o acesso ao seu conteúdo, devendo ser apresentada com todos os arquivos de dados devidamente identificados e formatados, preferencialmente em MS Excel para Windows, com as devidas fórmulas e vínculos entre planilhas que deram origem aos resultados, de forma a garantir acesso aos parâmetros e fórmulas que balizaram os cálculos dos valores apresentados nos estudos, não devendo ser formuladas em arquivos fechados como PDF, por exemplo.

6.4.3 - As formas de representação gráfica (plantas, cortes, elevações, croquis, perspectivas, ilustrações, gráficos e maquetes virtuais) deverão ser compatíveis aos temas e escalas abordados e em quantidade necessária à perfeita compreensão das informações. Deverão constar no documento final as referências de estudos pré-existentis utilizados na elaboração do trabalho, assim como as principais fontes de consulta.

6.5 - O AUTORIZADO deverá apresentar os ESTUDOS TÉCNICOS, considerando as seguintes divisões de cadernos:

6.5.1 - Caderno 1 – Reestruturação da Modelagem Técnica e Operacional do Edital de Concessão 205/2022

6.5.2 - Caderno 2 – Reestruturação da Modelagem Jurídica e Institucional do Edital de Concessão 205/2022

6.5.3 - Caderno 3 - Reestruturação da Modelagem Econômico-Financeira do Edital de Concessão 205/2022

6.6 - Compete ao AUTORIZADO o levantamento, a coleta e a avaliação das informações e demais subsídios que julgar necessários para elaborar os ESTUDOS junto a entidades públicas e privadas, devendo, sempre que possível, explicitar nos documentos a fonte das informações.

6.7 - Os AUTORIZADOS poderão realizar visitas técnicas, devendo, para tanto, realizar o agendamento por meio do endereço eletrônico contatosma@extrema.mg.gov.br, com o prazo mínimo de 5 (cinco) dias corridos da data da visita.

6.8 - Juntamente com os ESTUDOS TÉCNICOS deverá ser apresentada a indicação do valor global a ser considerado para eventual ressarcimento pelo vencedor da licitação do PROJETO, observados o limite global e o limite percentual previstos nos itens 8.3 e 8.4.

6.9 - Os direitos autorais sobre a integralidade dos ESTUDOS TÉCNICOS selecionados, serão cedidos sem quaisquer ônus ou ressalvas pelos AUTORIZADOS, podendo ser utilizado incondicionalmente pelo Município de Extrema para elaboração do projeto objeto do estudo.

6.10 - Os AUTORIZADOS do PMI serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua manifestação de interesse, da elaboração e da apresentação dos ESTUDOS TÉCNICOS, não fazendo jus a qualquer espécie de remuneração, ressarcimento, indenização ou de reembolso em decorrência de despesa incorrida ou de direitos emergentes da propriedade intelectual, ainda que sejam utilizados, no todo ou em parte, os dados ou os modelos fornecidos.

6.11 - A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO PMI realizará o acompanhamento da elaboração dos ESTUDOS, podendo, para tanto, solicitar informações aos AUTORIZADOS, bem como agendar reuniões técnicas e audiências para fornecimento de informações, coleta de dados, realização de esclarecimentos, validação de premissas.

6.12 - As reuniões e audiências poderão ocorrer pelo modo "on-line" ou videoconferência, à critério do MUNICÍPIO DE EXTREMA.

6.13 - A convocação será realizada por e-mail e deverá ocorrer com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data do evento.

6.14 - Durante a elaboração dos ESTUDOS, os AUTORIZADOS também poderão requerer informações ao MUNICÍPIO DE EXTREMA de forma identificada, pelo e-mail decol@extrema.mg.gov.br, as quais serão repassadas, sempre que disponíveis, a todos os demais participantes do Chamamento.

7 - DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS

7.1 - A avaliação, seleção e aprovação dos Estudos será realizada pela COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO PMI designada por meio de competente ato do Chefe do Poder Executivo.

7.2 - Será selecionado, para cada caderno, o ESTUDO que alcançar a maior nota global, considerando os critérios de avaliação e de pontuação constantes nos quadros constantes no item 7.4

7.3 – Os ESTUDOS TÉCNICOS serão analisados separadamente para cada caderno e as notas serão atribuídas em separado, compreendendo o valor máximo de 100 (cem) pontos para cada caderno, conforme pontuação definida no quadro do item 7.4.

7.4 – Os ESTUDOS TÉCNICOS serão analisados e pontuados de acordo com os seguintes critérios:

7.4.1 - Quadro 1 - Critérios de avaliação para seleção do Caderno 1

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO			
	INSATISFATÓRIO	MINIMAMENTE SATISFATÓRIO	RAZOAVELMENTE SATISFATÓRIO	TOTALMENTE SATISFATÓRIO
Caderno 1 – Reestruturação da Modelagem Técnica, Operacional e Ambiental				
Nível de detalhamento dos Estudos Técnicos- Conhecimento do Problema	0	25	35	50
Adequação do projeto com os parâmetros da licença Ambiental	0	25	35	50
NOTA DO CADERNO 1				100

7.4.2 - Quadro 2 – Critérios de avaliação para seleção do Caderno 2

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO			
	INSATISFATÓRIO	MINIMAMENTE SATISFATÓRIO	RAZOAVELMENTE SATISFATÓRIO	TOTALMENTE SATISFATÓRIO
Caderno 2 – Reestruturação da Modelagem Jurídica e Institucional				
Demonstração de que o arranjo institucional proposto atende o interesse público e a coerência dos instrumentos jurídicos propostos.	0	10	15	20
Compatibilidade da solução sugerida para a implementação e operação do projeto com a legislação, a segurança	0	10	15	20

jurídica e as boas práticas.				
Compatibilidade da solução sugerida para a implementação da matriz de risco.	0	10	15	20
Clareza nos instrumentos contratuais, especialmente em relação aos níveis de qualidade, formas de remuneração e sistema de multas e penalidades.	0	10	15	20
Objetividade e facilidade de mensuração dos indicadores de desempenho	0	10	15	20
NOTA DO CADERNO 2				100

7.4.3 - Quadro 3 - Critérios de avaliação para seleção do Caderno 3

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO			
	INSATISFATÓRIO	MINIMAMENTE SATISFATÓRIO	RAZOAVELMENTE SATISFATÓRIO	TOTALMENTE SATISFATÓRIO
Caderno 3 – Reestruturação da Modelagem Econômico-Financeira				
Comparação da relação custo-benefício do empreendimento em relação a alternativas funcionalmente	0	10	15	20

equivalentes.				
Demonstração da viabilidade econômica e financeira da solução oferecida.	0	10	15	20
Definição das possíveis receitas acessórias e impactos sobre a contraprestação pública.	0	10	15	20
Atendimento da modelagem financeira às melhores práticas e facilidade de entendimento e manipulação do modelo financeiro disponibilizado ao Poder Público.	0	10	15	20
Atendimento da modicidade da tarifa.	0	10	15	20
NOTA DO CADERNO 2				100

7.5 - Será automaticamente desclassificado o ESTUDO TÉCNICO que não alcançar a nota mínima global de 60 pontos para cada caderno ou for apresentado em desconformidade com qualquer disposição do EDITAL, em especial:

I - For entregue fora do prazo especificado no item 6.3 deste EDITAL;

II - Não contemplar todos os estudos definidos no item 6.4 deste EDITAL;

7.6 - No caso de empate, a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO PMI analisará a experiência da equipe, sob o foco técnico e de outras experiências de modelagem no setor objeto dos estudos.

7.7 - Caso não haja desempate de classificação entre propostas, a Comissão analisará

o valor solicitado de ressarcimento e será classificada em primeiro lugar a que tiver o Menor valor de ressarcimento.

7.7.1 - Caso ainda persista empate de propostas, o desempate será por sorteio.

7.8 - Concluída a seleção, a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO PMI publicará o resultado da avaliação dos Estudos no Diário Oficial do Município.

7.9 - Os ESTUDOS TÉCNICOS não selecionados poderão ser retirados pelos AUTORIZADOS em até 30 (trinta) dias contados da divulgação de que trata o item 7.8, sendo que ao final deste prazo poderão ser destruídos, caso não ocorra a retirada.

7.10 - OS ESTUDOS TÉCNICOS selecionados poderão ser ou não aproveitados na MODELAGEM FINAL da reestruturação do Edital, a exclusivo critério do SOLICITANTE, sendo-lhe facultado, ainda, aproveitá-lo apenas parcialmente e promover as alterações e as adequações que entenderem pertinentes, não cabendo quaisquer indenizações, reivindicações, direitos de propriedade industrial ou direitos autorais.

8 - DO RESSARCIMENTO AO TITULAR DO ESTUDO TÉCNICO SELECIONADO

8.1 - OS ESTUDOS TÉCNICOS eventualmente selecionados e efetivamente utilizados para subsidiar a Reestruturação do Edital de Concessão nº 205/2022 será ressarcido pelo vencedor do certame, dentro dos limites previstos nos itens 8.3 e 8.4 deste EDITAL e conforme deliberação do Município de Extrema em observância ao disposto no art. 21 da Lei Federal nº 8.987/95, e Decreto Municipal nº 3.836/2020.

8.2 - O ressarcimento só poderá ser efetuado mediante comprovação junto à COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO PMI da regularidade fiscal de todos os participantes que tiverem seus estudos ou projetos selecionados.

8.3 - O ESTUDO TÉCNICO selecionado será ressarcido apenas na proporção da parte aproveitada na MODELAGEM FINAL, limitado o valor global bruto máximo de 1,0% (um por cento) do valor total da proposta vencedora da futura licitação para os investimentos

necessários à implementação do empreendimento, nos termos do §6º, alínea b, art. 9º, do Decreto nº 3.836/2020 e será calculado em observância ao peso máximo fixado para cada caderno no item 8.4.

8.4 - Os pesos máximos referentes a cada produto para fins de ressarcimento, neste PMI, observarão a proporção apresentada no quadro 1:

Quadro 1. Pesos máximos de cada produto do ESTUDO TÉCNICO para fins de ressarcimento.

CADERNO	PESO MÁXIMO
1 – Modelagem Técnica, Operacional e Ambiental	50% do valor global
2 - Modelagem Jurídico-Institucional	15% do valor global
3 – Modelagem Econômico-Financeira	35% do valor global

8.5 - O Município de Extrema poderá, a seu critério, condicionar o ressarcimento dos ESTUDOS TÉCNICOS à sua atualização ou adequação por parte do vencedor

8.5.1 - A atualização e a adequação serão requeridas, a critério do Município de Extrema, em decorrência, entre outros aspectos, de:

- I - Alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis,
- II - Recomendações e determinações dos órgãos de controle.

8.5.2 - A atualização dos ESTUDOS TÉCNICOS até a aprovação da MODELAGEM FINAL pelo MUNICÍPIO DE EXTREMA, não impedirá a participação do AUTORIZADO na licitação do PROJETO.

8.6 – A reestruturação do edital de Concessão nº 205/2022 decorrente dos ESTUDOS TÉCNICOS selecionado deverá prever a obrigação da futura contratada de ressarcimento, nos termos do art. 21, do Decreto nº 3.836/2020.

8.7 - O não aproveitamento dos ESTUDOS, bem como a eventual modificação posterior do projeto que implique na inutilização, ainda que parcial, não gerará para a Administração Pública Municipal a obrigação de ressarcir os custos incorridos por quaisquer dos AUTORIZADOS.

8.8 – O MUNICÍPIO DE EXTREMA, enquanto responsável pelo Chamamento, análise e consolidação dos ESTUDOS recebidos e eventual elaboração das modelagens finais colocadas em consulta pública e em licitação, será ressarcida por eventual vencedor do processo licitatório.

8.9 - O(s) valor(es) de ressarcimento dos ESTUDOS será(ão) reajustado(s) pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, entre o mês da data de apresentação dos ESTUDOS, incluída, se for o caso, eventual prorrogação do prazo para apresentação, até a data de ressarcimento.

8.10 - Eventual desistência do AUTORIZADO não impedirá que a Administração Pública Municipal se utilize dos estudos até então entregues, ainda que preliminares, não ensejando direito a ressarcimento.

9 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

9.1 - Os interessados poderão obter informações deste PMI na sede da Prefeitura Municipal de Extrema, localizada na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624, bairro Ponte Nova, bem como por meio do endereço eletrônico decol@extrema.mg.gov.br.

9.2 - As pessoas autorizadas poderão requerer, até 5 (cinco) dias antes do término do prazo estabelecido para apresentação dos estudos, quaisquer esclarecimentos e informações sobre os dados contidos no presente Edital, mediante comunicação formalizada por escrito e protocolizada na sede da Prefeitura Municipal de Extrema, ou por meio do endereço eletrônico decol@extrema.mg.gov.br.

9.3 - Caso a Gerência de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Extrema forneça informações adicionais relevantes aos Estudos, todas as partes autorizadas receberão as respostas aos questionamentos realizados.

10 - DA CONFIDENCIALIDADE

10.1 - Os dados, materiais, informações e documentos acessados deverão ser utilizados exclusivamente para a execução do objeto do Edital, vedada sua utilização para outras finalidades.

10.2 - Todo e qualquer documento ou informação obtida ou associada ao desenvolvimento do objeto, incluindo estudos, trabalhos científicos ou recomendações deverão ser tratados pela AUTORIZADA e sua equipe com absoluta reserva, sendo lhes vedada realizar qualquer tipo de divulgação a terceiros, sem a expressa e escrita autorização do MUNICÍPIO DE EXTREMA.

11 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Das decisões da Comissão Especial de Avaliação e Acompanhamento do PMI cabem recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

11.2 - O recurso será dirigido à COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PMI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do parágrafo único, art. 19, do Decreto Municipal nº 3.836/2020.

11.4 - O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento dos autos pela autoridade máxima do órgão, podendo ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.

11.5 - Interposto o recurso, a Comissão Especial de Avaliação e Acompanhamento do PMI deverá intimar os demais INTERESSADOS ou AUTORIZADOS, por correio eletrônico, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentem alegações.

11.6. O recurso não será conhecido quando interposto

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado; ou

IV - após exaurida a esfera administrativa.

11.7. A interposição de recurso contra as decisões não tem efeito suspensivo.

12 - DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Constituem direitos da Administração Municipal:

12.1 - Interromper, suspender ou revogar a qualquer momento o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI);

12.2 - Solicitar informação adicional para retificar ou complementar o seu entendimento;

12.3 - Modificar a estrutura, cronograma, abordagem, conteúdo e requisitos deste Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI);

12.4 - Iniciar eventual procedimento de contratação de prestação de quaisquer serviços públicos de saneamento básico, mesmo na pendência deste Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI);

12.5 - Considerar, excluir, aceitar parcialmente, com ou sem modificações, as ideias, informações e sugestões obtidas mediante o presente procedimento;

12.6 - Não promover a licitação ou contratação do objeto dos estudos relativos ao presente Procedimento de manifestação de Interesse (PMI);

12.7 - Publicar nomes dos interessados;

12.8 - Convocar reuniões técnicas para expor dúvidas, informações e colher alternativas, esclarecimentos quanto aos estudos e informações apresentadas, inclusive com a participação de representantes da sociedade civil e de eventuais colaboradores ou contratados do Município;

12.9 - Ocorrendo recomendações de órgãos de controle, contribuições provenientes de consulta, Audiência Pública, ou ainda mudanças nos marcos regulatórios, principalmente, naqueles referentes às Concessões e Parcerias Público-Privadas, durante a execução dos trabalhos, os efeitos de todas essas alterações deverão ser incorporados aos projetos e estudos elaborados sem ônus para o Município até a abertura da licitação.

13 - DIREITOS AUTORAIS

13.1 - Mediante a entrega dos estudos fica transferida ao MUNICÍPIO DE EXTREMA a sua respectiva e integral propriedade, para que ele possa utilizá-los amplamente a favor de seus interesses, não remanescendo propriedade intelectual a quem os elaborou, salvo as de ordem meramente moral (autoria), quando cabível.

13.2 - Os estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres de que trata este PMI, a critério exclusivo do órgão ou entidade solicitante, poderão ser utilizados, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes aos projetos de concessão patrocinada, administrativa, comum ou de permissão, objeto do PMI.

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - A participação neste PMI pressupõe conhecimento e concordância integral com todos os termos deste EDITAL, incluindo seus anexos.

14.2 - Não será concedido qualquer tipo de vantagem ou privilégio ao participante deste PMI no processo de licitação referente ao objeto identificado neste Instrumento.

14.3 - O MUNICÍPIO DE EXTREMA poderá a seu critério e a qualquer tempo, nos termos do §1º do art. 15 do Decreto Municipal 174/2022:

- I - Solicitar das AUTORIZADAS maiores informações, retificações ou complementações dos ESTUDOS TÉCNICOS;
- II - Modificar o escopo de algum estudo, seu conteúdo, requisitos, ou o cronograma, vedada a redução de prazo;
- III - Excluir, aceitar ou modificar, total ou parcialmente, as informações e as sugestões advindas do processo de PMI;
- IV - Iniciar, em qualquer fase da realização do PMI, procedimento licitatório relativo ao seu objeto;
- V - Contratar estudos técnicos alternativos ou complementares;

VI - Divulgar os nomes dos participantes, ressalvada solicitação expressa de sigilo em relação aos dados cadastrais;

VII - Alterar, suspender ou revogar o PMI.

14.4 - Os interessados deverão consultar o site do Município, a saber, <https://www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes/> continuamente, com o objetivo de tomarem conhecimento de possíveis alterações e esclarecimentos prestados relativos ao objeto, sob pena de serem indeferidas quaisquer reclamações;

14.5 - O presente EDITAL será disponibilizado na página de licitações do endereço eletrônico oficial do MUNICÍPIO DE EXTREMA após publicação do seu extrato no DOM.

Extrema, 07 de julho de 2023.

Carlos Alexandre Morbidelli

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**EDITAL DE CHAMAMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE-
PMI Nº 001/2023**

ANEXO I

**REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS
TÉCNICOS (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA INDIVIDUAL)**

(Em papel timbrado da empresa qualificada)

Ao Município de Extrema
Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova/ Extrema/MG/ CEP: 37640-000

[Denominação pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s)], com sede [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [...], vem perante o Município de Extrema manifestar o seu interesse em participar do PMI 001/2023. Para tanto apresenta este Requerimento de Autorização juntamente com os documentos pertinentes.

INTERESSADO	
Nome	
CNPJ (CPF e CI em caso de pessoa física)	
Endereço	
Telefone	
Fax	
E-mail	
Nome do representante (em caso de pessoa jurídica) *	
Telefone do representante	
E-mail do representante	

CONTRATADOS (caso ocorra) **

Nome	
CNPJ (CPF e CI em caso de pessoa física)	
Endereço	
Telefone	
Fax	
E-mail	
Nome do representante (em caso de pessoa jurídica)	
Telefone do representante	
E-mail do representante	

As pessoas físicas ou jurídicas contratadas pelo INTERESSADO não possuem qualquer vínculo ou relação direta com os SOLICITANTES.

O INTERESSADO e seu(s) contratado(s) obrigam-se, por este instrumento, a não integrarem outro grupo, nem tampouco participar isoladamente ou como contratado de outro INTERESSADO na elaboração de ESTUDOS TÉCNICOS no âmbito deste PMI.

Assinatura do representante legal do INTERESSADO

Assinatura do representante legal do(s) contratado(s) (caso existentes)

(Cidade/Estado e data)

(Responsável pessoa física e/ou jurídica)

* É considerada representante, para fins deste PMI, a pessoa física munida de poderes para representar e se manifestar em nome do INTERESSADO.

** Indicar os dados previstos no quadro para todas as pessoas físicas ou jurídicas eventualmente contratadas pelo interessado para participar da elaboração dos ESTUDOS TÉCNICOS.

EDITAL DE CHAMAMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PMI Nº 001/2023

ANEXO II

**REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE
ESTUDOS TÉCNICOS (GRUPO DE PESSOAS FÍSICA(S) OU
JURÍDICA(S))**

Ao Município de Extrema

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624

Ponte Nova/ Extrema/MG/ CEP: 37640-000

[Denominação pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s)], com sede endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [...], vem perante o Município de Extrema manifestar o seu interesse em participar do PMI 001/2023. Para tanto apresenta(m) este Requerimento de Autorização juntamente com os documentos pertinentes.

1. REPRESENTANTE DO GRUPO	
Nome	
CNPJ (CPF e CI em caso de pessoa física)	
Endereço	
Telefone	
Fax	
E-mail	
Nome do representante (em caso de pessoa jurídica) *	
Telefone do representante	
E-mail do representante	

2. MEMBRO DO GRUPO	
Nome	
CNPJ (CPF e CI em caso de pessoa física)	
Endereço	
Telefone	
Fax	
E-mail	
Nome do representante (em caso de pessoa jurídica)	
Telefone do representante	
E-mail do representante	

CONTRATADOS (caso ocorra) **	
Nome	
CNPJ (CPF e CI em caso de pessoa física)	
Endereço	
Telefone	
Fax	
E-mail	
Nome do representante (em caso de pessoa jurídica)	
Telefone do representante	
E-mail do representante	

A representação do presente Grupo será exercida por [Denominação da pessoa jurídica e/ou jurídica eleita como representante do Grupo], para a qual os demais membros conferem, em caráter definitivo, irretratável e irrevogável, todos os poderes necessários à representação do Grupo no âmbito do PMI 001/2023, administrativamente ou em juízo.

Fica o representante autorizado, para tanto, seja perante os SOLICITANTES ou terceiros, a praticar todos os atos relacionados à participação no âmbito do PMI, podendo, dentre outros, apresentar documentação e os ESTUDOS TÉCNICOS, realizar os atos de comunicação, concordar com condições, transigir,

compromissar-se, interpor e desistir de recursos e impugnações, solicitar esclarecimentos, assim como assinar, em nome do Grupo, quaisquer papéis, documentos, estudos e instrumento

Os membros do presente Grupo de INTERESSADOS e seu(s) contratado(s) obrigam-se, por este instrumento, a não integrarem outro grupo, nem tampouco participarem isoladamente ou como contratados de outro INTERESSADO na elaboração de ESTUDOS TÉCNICOS.

Em caso de contratação de pessoas físicas ou jurídicas pelo INTERESSADO, esses contratados não possuirão qualquer vínculo ou relação direta com os SOLICITANTES.

Assinatura do representante legal de todos os membros do grupo

Assinatura do representante legal do(s) contratado(s) (caso existentes)

(Cidade/Estado e data)

(Responsável pessoa física e/ou jurídica)

* É considerada representante, para fins deste PMI, a pessoa física munida de poderes para representar e se manifestar em nome do INTERESSADO.

** Indicar os dados previstos no quadro para todas as pessoas físicas ou jurídicas eventualmente contratadas pelo interessado para participar da elaboração dos ESTUDOS TÉCNICOS.

EDITAL DE CHAMAMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PMI Nº 001/2023

ANEXO III

TERMO DE CESSÃO DE PROPRIEDADE E DIREITOS AUTORAIS

(Em papel timbrado da empresa qualificada)

Ao Município de Extrema

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624

Ponte Nova/ Extrema/MG/ CEP: 37640-000

[Denominação pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s)], com sede [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [...], doravante denominada CEDENTE, declara, para todos os fins de direito, que cede e transfere ao Município de Extrema a propriedade dos direitos autorais relativos aos ESTUDOS TÉCNICOS apresentados no âmbito do PMI. O CEDENTE, por este ato declara que:

- I. É titular dos direitos autorais dos ESTUDOS TÉCNICOS apresentados e possui todos os poderes necessários para a cessão;
- II. Os ESTUDOS TÉCNICOS não infringem direitos autorais ou outros direitos de terceiros, assumindo, o CEDENTE, integral e exclusiva responsabilidade pelo seu conteúdo;
- III. Cede e transfere, a título universal, todos os direitos autorais relativos ao ESTUDO TÉCNICO, na forma da legislação brasileira vigente à época do recebimento, em especial os direitos de edição, publicação, distribuição, tradução para outro idioma, modificação e reprodução total ou parcial e por qualquer processo ou técnica;



IV. A transferência de que trata este instrumento é feita em caráter irretratável, incondicional e vitalício e é válida tanto para o território brasileiro quanto para o exterior;

V. Uma vez apresentados os ESTUDOS TÉCNICOS, ficará vedado ao CEDENTE e a terceiros sua reprodução, total ou parcial, em qualquer outro meio

divulgação, impresso ou eletrônico sem que haja prévia autorização escrita por parte dos CESSIONÁRIOS;

VI. A cessão é gratuita e livre de qualquer ônus ou condição e, exceto pela possibilidade de ressarcimento prevista expressamente no EDITAL do PMI, não será devido qualquer tipo de reembolso ou remuneração ao CEDENTE ou a terceiros.

(Cidade/Estado e data)

(Responsável pessoa física e/ou jurídica)

Assinatura do representante legal

EDITAL DE CHAMAMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PMI Nº 001/2023

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE TERMOS DE VERACIDADE DE
INFORMAÇÕES

(Em papel timbrado da empresa qualificada)

Ao Município de Extrema

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624

Ponte Nova/ Extrema/MG/ CEP: 37640-000

[Denominação da pessoa física ou jurídica], com sede na [endereço completo], inscrita no CNPJ nº [...], DECLARA, para todos os fins de direito, sob as penas da lei, e em atendimento aos termos do Edital de Chamamento Público do PMI nº 001/2023 (“Edital nº 143/2023”), promovido pelo Município de Extrema, que:

1. Possui conhecimento integral dos termos do EDITAL, no qual se incluem todos os seus anexos;
2. Aceita integralmente e incondicionalmente os termos do EDITAL;
3. Todas as informações e dados apresentados no âmbito do PMI são e serão verídicos e tem conhecimento de que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

(Cidade/Estado e data)

(Responsável pessoa física e/ou jurídica)



ANEXO V – EDITAL DE CONCESSÃO Nº 205/2022 E SEUS ANEXOS